

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO- - PREVI-RIO

ATA SUMÁRIA DA 220ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 18 de agosto de 2026, às 15h, realizada em ambiente híbrido (virtual + presencial) pela plataforma "Zoom".
2. **ORDEM DO DIA:**
 1. Aprovação da Ata da 219ª Sessão Ordinária;
 2. Apresentação do Relatório do RAG de Gestão 2025;
 3. Ciência da Ação Judicial Processo judicial n. 0868348-24.2026.8.19.0001;
 4. Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES: A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho, representado pelo suplente Dr. Fernando dos Santos Dionísio. Aberta a sessão pela conselheira Fernanda Leiroz, iniciando a pauta, fazendo uma inversão, começando pelo item 2 - Apresentação do Relatório do RAG de Gestão 2025. Foi apresentado pela Cintia e Diego que são os Auditores Internos do PREVI-RIO e o Luiz Renato, que é Diretor de Previdência, caso queiram fazer alguma pergunta, ele responderá prontamente. A Cintia iniciou a apresentação falando que esse trabalho é feito todo ano, em relação ao ano anterior, foram apresentadas as demonstrações contábeis e avaliação das contas anuais de gestão, que avalia as contas do PREVI-RIO, FUNPREVI e FASS, avaliou a conformidade, a adequação dos procedimentos adotados para a entidade na elaboração de contas, buscando grande transparência, responsabilidade com a gestão de recursos públicos. O objetivo desse trabalho, basicamente, foi responder as seguintes questões: o processo de contas da entidade contém todos os documentos previstos na Resolução CGM? As informações contidas nas peças processuais realizadas e a execução orçamentária estão adequadas? As demonstrações contábeis apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2025 de acordo com as práticas contábil no Brasil? Em que medida a entidade atendeu as recomendações, os achados de Auditoria detectados e relatados em Auditorias anteriores, que é o nosso monitoramento? Com o resultado do trabalho, verificamos o processo de prestação de contas da entidade, contém todos os documentos previstos na Resolução CGM que as informações processuais analisadas, execução orçamentária estão adequadas, onde verificamos os responsáveis da gestão, de avaliação de programas e ações, execução orçamentária, contrato de gestão. Com relação às demonstrações contábeis, como falei, foi o primeiro trabalho que nós fizemos com relação ao ano passado, as demonstrações contábeis adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira do PREVI-RIO, assim como do FASS e FUNPREVI em 31/12/2025. Com relação às recomendações anteriores, o PREVI-RIO atendeu três das quatro recomendações que nós tínhamos, uma era com relação à inscrição das dívidas em relação aos imóveis que já estão devidamente cadastrados, foi atendido. E o outro relatório com relação à compensação previdenciária que a gente ficou pendente, 26 processos precisavam ser enviados e foram enviados adequadamente, e 1400 precisavam ser analisados, nós verificamos, ficou pendente em torno de 1000 processos. Já recebemos e estamos analisando para o monitoramento da compensação previdenciária. A conclusão é que os processos estão adequados, as demonstrações também e atendeu as recomendações parcialmente. Pelo conselheiro André Tostes foi perguntado, a implementação dessa terceira, que não foi implementada completamente, já está em andamento, correto? Pela convidada Cintia foi dito que sim. Pela conselheira Fernanda foi perguntado se alguém ficou com dúvida em relação ao RAG de Gestão? Passando ao item 1 da Pauta, foi submetida à votação a ata da 219ª Sessão Ordinária do CAD sendo aprovada por todos. Passando ao item 3 da pauta - Ciência da Ação Judicial Processo judicial n. 0868348-24.2026.8.19.0001. Pelo Presidente do Conselho, representado pelo suplente Dr. Dionísio foi dada a palavra, na verdade, eu ia trazer uma notícia para o Conselho, fruto de uma ação judicial. Mas eu vi que o conselheiro Luiz Cláudio distribuiu hoje para todos os conselheiros essa ação judicial que está movendo em face do Instituto, com pedido de que as sessões do Conselho sejam transmitidas ao vivo para um canal do Youtube, que ele diz, oficial do PREVI-RIO. Ele ingressou com essa ação, pediu uma Liminar, o juiz não deu a Liminar, indeferiu essa tutela provisória e a questão está sendo discutida judicialmente agora pela Procuradoria. O PREVI-RIO tomou ciência através da Procuradoria, que informou que recebeu a citação dessa ação judicial para poder responder. E agora está dependendo da conclusão desse processo. Então eu só queria transmitir isso. E, na verdade, é um assunto que não nos cabe agora

discutir a nível de Conselho, até porque está sub judice e vai depender de uma decisão judicial futura a respeito do assunto. Bem, era isso que eu queria transmitir, como envolve o PREVI-RIO e envolve, na verdade, nós todos, porque é uma transmissão da nossa reunião, nós achamos prudente que isso fosse informado no Conselho, apesar de que eu vi que o conselheiro Luiz Cláudio já colocou dentro do grupo uma cópia da ação. Passando ao item 4 da pauta - Assuntos Gerais. A conselheira Fernanda trouxe a convidada Juliana para informar sobre as questões dos próximos passos dos eleitos do Conselho de Administração. Pela convidada Juliana foi dado os parabéns para quem foi reeleito. Consultei hoje a Andréia, que é a Presidente da Comissão Eleitoral e ela, como no cronograma já divulgado, falou que o próximo passo é ver realmente a documentação dos eleitos. Para isso, o Instituto já abriu um processo para a contratação do curso de certificação e serão disponíveis para todos os eleitos, visando uma nova certificação para tomar posse os conselheiros eleitos. A conselheira Fernanda trouxe a informação dos auxílios que foram pagos no dia 20, alguns resíduos seriam para ser pagos e também foram quitados no final de Julho até o dia 20/08. Pelo convidado Luiz Renato Diretor de Previdência, foi dito, no mês de julho foram pagos os principais benefícios de Auxílio-Creche, Auxílio-Educação, Medicamento, Moradia, no dia 20 retornamos a data padrão para esses benefícios, que são de maior volume, e os benefícios residuais e individuais, que é o Auxílio Funeral, que são poucos processos, feitos ao longo do mês, a partir do dia 24 até o dia 28. No mês de agosto estamos programados para pagar no dia 20 os benefícios de Medicamento, Natalidade, Auxílio-Educação e Auxílio-Creche. Pela conselheira Thais, foi mencionado sobre o Plano de Saúde do servidor, nas últimas semanas, tivemos algumas ocorrências, inclusive procurei o Instituto através de e-mail e presencialmente. Tenho recebido centenas de dúvidas pelas minhas redes sobre a migração do PSSM 2026. Então eu fiz algumas postagens para poder atualizar o servidor de como está o andamento desse processo de migração, e eu tenho recebido muitos apelos desesperados dos servidores, temendo a descontinuidade do plano. Eu sei que vocês fizeram uma nota assegurando a continuidade do plano vigente, depois vocês prorrogaram para o dia 11. Entretanto, os servidores ainda estão com muitas dúvidas, estão com muitas demandas. Por quê? Algumas operadoras, principalmente a ASSIM Saúde, está descontinuando alguns serviços. Eu não sei se vocês tomaram ciência através de um e-mail enviado em 17/08/26, para este Conselho, mas está rolando nos grupos, o print de um documento de uma empresa chamada Anestesia Carioca, dizendo que iria atender a ASSIM, até dia 31/08, que foi quando vocês fizeram a primeira prorrogação. Depois teve a segunda prorrogação e eu não vi uma atualização desse informe, no caso com relação à operadora de saúde, e tenho recebido também muito relato de recusa de agendamento de coisas simples, por exemplo, consultas, e as pessoas estão mais velhas. Estão com tratamentos de saúde que exigem continuidade. Eu, por exemplo, sou uma paciente dessas, faço tratamento que exige continuidade. Diante de tudo isso, gostaria de pedir uma agenda ou uma reunião desse Conselho com o Conselho Gestor do PSSM que cuida do plano de saúde para poder alinhar as perspectivas, e poder tirar as dúvidas dos servidores, porque está muito complicado. Eu não tenho mãos, eu não tenho braços para alcançar todo mundo que me procura com as dúvidas. Eu tenho buscado me atualizar diariamente, olhando o Diário Oficial, olhando as notas do PREVI-RIO, e inclusive procuro também os gestores desse Conselho para poder passar sempre uma informação pautada no oficial. Também oriento os servidores que o façam dessa forma. Procurem as informações, nas fontes oficiais, mas ainda assim, as pessoas continuam com muitas dúvidas, uma vez que, até o momento, apenas a Klini está homologada para poder operar o PSSM em 2026. E nós sabemos que provavelmente, essa operadora não vai comportar a carteira de beneficiários da Prefeitura do Rio. Então eu gostaria de pedir, já fiz por e-mail e gostaria de ressaltar que nós fizéssemos uma plenária para tratar apenas desse assunto do Plano de Saúde, porque está ocorrendo muitas dúvidas e os servidores estão muito tensos com as perspectivas do futuro. A conselheira Fernanda agradeceu a conselheira Thaís pela ajuda, como outros conselheiros de seguir fielmente o que colocamos nas redes e no nosso site oficial, isso é muito importante, a clareza com o que você está colocando, e agradeço muito, porque o momento de um novo credenciamento, que é uma coisa que a gente faz sempre, não é uma coisa nova. O novo desse ano foi que a gente se adequou a Lei 14.133, veja não é um assunto do CAD, mas quando é colocado um assunto sensível, mesmo não sendo tratado por esse conselho, mas a título de informação e o agradecimento a você e a todos que estão nos ajudando nesse sentido, no alcance de todas essas pessoas, fazemos uma adequação. Melhoramos diversas partes do novo credenciamento, segundo a Lei 14.133, e o credenciamento é aberto a todos, as antigas e as novas operadoras, sendo que não é obrigado a se credenciar, isso não está em nossas mãos, obviamente, está na mão das operadoras. E o que a gente quer, inclusive com a prorrogação, é que venham não só as antigas como as novas operadoras, mas como a conselheira Thais bem colocou, o nosso pedido a vocês, é que divulguem cada vez mais essa questão, de que o que está sendo feito agora é o credenciamento de operadores nada têm a ver com janela de migração, os servidores podem ficar tranquilos quanto a isso, quando chegar esse momento, em novembro, vamos comunicar os servidores para que ninguém perca o prazo de se manifestar, de optar por novas operadoras, então a administração teve um cuidado de

poder receber novas operadoras e vamos pensar que continue as antigas e venham novas, porque é melhor para o servidor a redução de valor, a intenção é fazer um plano melhor para o servidor e para os seus dependentes, porque a tabela de dependente não era travada no Edital, como fizemos. Agora essa questão de só ter uma operadora habilitada até o momento, muita coisa pode acontecer até Novembro, vamos torcer para que outras operadoras faça o credenciamento. Todas as três operadoras foram oficiadas por cada demanda desse tipo de que, no momento que descredenciar tem que credenciar outro Edital equivalente àquele que foi descredenciado. Isso está valendo no Edital anterior. Não é desse Edital, esse Edital não esta em curso ainda. O que está vigente são os contratos com a ASSIM, NotreDame e Klini, e peço a vocês que nos ajudem. Os canais diretos, Gerência de Planos de Saúde junto à Diretoria de Previdência, estamos diariamente tratando disso, tentando buscar, equacionar e notificar a operadora. Volto a dizer: isso não é uma coisa nova também, descredenciar e credenciar novas. Esse movimento sempre foi feito pelas operadoras desde que elas entreguem algo equivalente. Mas como estamos num momento que a gente entende que esse momento, todo mundo fica preocupado, obviamente, quem está doente, quem faz tratamento de câncer. Peço que qualquer coisa que vocês souberem, encaminhe para os nossos canais oficiais e entre em contato com o Luiz Renato, nosso Diretor de Previdência, para que a gente atue prontamente em cada operadora, dependendo da demanda. Pela conselheira Thais, foi dito que está com algumas dúvidas em relação ao Plano de Saúde, diante do que eu falei e diante da explicação da Presidente. Eu entendo que não é competência exclusivamente desse Conselho. Eu compreendo isso, até porque existe um Conselho do Plano de Saúde. É o PREVI-RIO que operacionaliza o plano de saúde, então é natural que os servidores se reportem ao PREVI-RIO, que as pessoas se reportem aos conselheiros, até porque nós estamos aqui como representantes desses servidores. E dito isso, eu li, e sei das competências institucionais. Inclusive acredito que coloquei de forma correta no e-mail para o direcionamento das minhas pautas, que são as pautas dos servidores, e li também a Ata, que fala da redução de 19% que, num primeiro momento, parece atraente para o servidor. Parece só que é uma economia para quem, Presidente? Por quê? Por que eu estou falando isso? Porque quando a gente lê, achamos que é uma economia, mas essa suposta economia poderá custar a vida dos servidores. Só que nós estamos num momento diferente. Há um tempo, há uns 12-14 anos atrás, houve esse movimento massivo de troca de operadora. Eu era da Amil. A maioria era Amil, Caberj, que eram planos muito bons. E nessa ocasião, a ASSIM era a pior operadora. E, ao longo dos anos, foi se estruturando, a ASSIM foi crescendo, e hoje é a maior dentro do nosso contexto do Plano de Saúde do Município. Só que agora as coisas mudaram, nós servidores estamos mais velhos. É natural que a gente trate as doenças. E quando a gente olha para a rede credenciada da Klini, e não estou falando de mim, estou falando de uma legião de servidores que trazem essa pauta, olhei a rede credenciada da Klini e não tem muita coisa, é uma operadora pequena. Então vocês estão cientes que está tendo esse descredenciamento? E vocês também estão cientes que provavelmente isso vai aumentar, uma vez que a ASSIM, parece não estar interessada? E eu sei que a ASSIM não é obrigada, nem a NotreDame é obrigada a participar, é natural que vão descredenciar cada vez mais. Vocês estão dando publicidade a esses Ofícios que estão mandando para ASSIM, cobrando a vigência até o final de 11/11? E, por fim, gostaria de saber se é possível, conforme eu pedi, ter uma agenda sobre esse assunto com a autoridade competente ou o Secretário Bernardo Egas, ou este Conselho, com o Conselho do Plano de Saúde do servidor, e também gostaria de saber, é uma dúvida que eu ainda não compreendi, li nas informações dos sites, acho que foi no site do PREVI-RIO que é um credenciamento permanente. Gostaria de perguntar o seguinte: vai ter a Portaria, depois que a Portaria abrir a janela de migração sem carência, vai continuar tendo credenciamento? Credenciamento permanente seria isso? Pela conselheira Fernanda foi dito, entendendo a preocupação de todos que é uma preocupação como você bem colocou que não é nova, mas existem questões legais que têm que ser seguidas, como a gente falou aqui, que é seguir a Lei 14.133, abre-se o credenciamento, colocam-se as regras do credenciamento e aguarda as operadoras enviarem a documentação. Em relação à reunião, você pode vir aqui que a gente te recebe como servidor, como qualquer um pode vir. Vamos estar aberto para explicar, para que você possa continuar nos ajudando nessa divulgação. Mas volto a dizer, toda a operadora, quando ela descredencia, é oficiada, existe a Comissão Fiscalizadora dos contratos de Plano de Saúde. A Comissão acompanha essa questão do descredenciamento e de cobrar um novo credenciamento equivalente, isso não é novo, acontece constantemente, não só com a ASSIM, mas também com a NotreDame e Klini. O que eu posso dizer é que a nossa equipe, que tem essa especialidade de estar atuando junto ao Plano de Saúde. Todas as demandas que você receber Thais, vem até aqui, entre em contato conosco, na hora que você for colocar um post que nos ajuda muito, para alinharmos. Não nesse Conselho, mas o alinhamento institucional. Nós, como autarquia, e você, como servidora, estamos aqui para unir esforços. Como foi perguntado, o credenciamento tem que ser permanente, o Edital vai está aberto durante cinco anos. O que a gente coloca é que é uma questão operacional, vamos colocar janelas para que essas operadoras, passe essa primeira janela. E vem uma operadora que queira enviar a documentação, envia a documentação, mas só vai poder operar quando a gente abrir uma nova janela. Não sei se

ficou entendido, vai ser um pouco diferente nesse sentido, mas a gente é obrigada a seguir a Lei 14.133, seguir as normas de credenciamento, que é diferente um pouquinho do modelo da Lei 8.666. Pela conselheira Thais foi dito, vou perguntar de outra forma para ver se eu compreendi, para 2026, vai haver janelas de migração, como nos outros anos, com a única operadora homologada (klini) e seguirá aberto o credenciamento, esse ano será diferente? Pela conselheira Fernanda foi dito, esse ano vai ter a janela do servidor. Mas ainda estamos na janela das operadoras, que vai até novembro. Pela conselheira Thais foi dito, é correto afirmar que a Portaria de migração para o servidor só vai ser emitida em novembro? Pela conselheira Fernanda foi dito que sim, todos os contratos estão vigentes e a janela de migração do servidor só vai abrir em novembro, depois dessa data que vamos habilitar as demais operadoras. Esse corte, inclusive, é de gestão para a gente poder fazer a contratação e disponibilizar todos esses trâmites, que são muitos documentos, demanda que a gente tem que olhar a rede credenciada, uma série de questões que temos que validar. Então, para tranquilizar os servidores, a janela de migração dos servidores, só em novembro, depois que finalizar com as operadoras. Pela conselheira Thais foi dito, é importante vocês sinalizarem no Instagram do PREVI-RIO. Vocês dão publicidade em Diário Oficial que é a comunicação oficial, mas não é todo mundo que olha e que sabe pesquisar no Diário Oficial. A última publicação foi à panfletagem da eleição do CAD PREVI-RIO. É necessário, é fundamental atualizar o canal do PREVI-RIO para poder as pessoas ter informação também por lá. Pela conselheira Fernanda foi dito, para questões de notícias oficiais, buscar o site oficial do PREVI-RIO, você até colocou no seu post Thais, mas peço que reforce inclusive no site tem a parte de credenciamento e clicando tem todas as informações atualizadas. Pela conselheira Thais foi dito, tento fazer a informação oficial numa linguagem mais palatável para o servidor. Então, quando eu digo, procurem as linhas oficiais, é também o Instagram, que é oficial do PREVI-RIO, é importante atualizar a orientação precisa estar publicada também no Instagram afim de democratizar a informação. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, sobre a ação que eu iniciei o item 3 da pauta. Chamo a atenção pelo seguinte: vou resgatar a pauta da ata 216ª sessão, publicada no D.O de 22/07/2026, página 193, segunda coluna, onde já discutimos a possibilidade de transmissão ao vivo nas sessões e naquela questão, e naquele momento, a resposta foi: É importante observar que o CAD possui competências próprias e um cronograma de assuntos obrigatórios necessários ao atendimento às exigências do Pró-Gestão e a impossibilidade de incluir na pauta o assunto da transmissão ao vivo foi apresentado como justificativa naquele momento na 216ª sessão, ou seja, não havia vaga para incluir esse assunto na pauta. Na verdade, não somente esse, mas outros assuntos na pauta também que eu, outros conselheiros, representantes e servidores estão nos pedindo, e uma das justificativas apresentadas naquela reunião, foi isso, não havia espaço na pauta, e agora nós estamos na 220ª sessão, e não existe exatamente nenhum assunto deliberativo é só informativo. Não existe necessidade nenhuma de votar. Então veja só a incoerência das respostas apresentadas nesse Conselho e para conseguir alguma atenção a um assunto na pauta, é preciso entrar na justiça. E mais uma incoerência. Nós estamos discutindo a existência de uma ação que pede a justiça, que o PREVI-RIO passe a transmitir as sessões do CAD ao vivo, online, na sua própria plataforma. O PREVI-RIO já faz isso com as licitações, tem tudo isso, aquele aparato todo, não seria novidade nenhuma. Mas nós estamos discutindo a existência da ação. Mas não estamos discutindo o próprio assunto em si, que é a possibilidade de transmissão online dessas reuniões, então não tem sentido isso. Existe uma ação judicial que pede isso, mas nós não estamos discutindo o objeto da ação em si, e aqui ainda nesta sessão já foi apresentada outra razão para não discutir esse assunto. A primeira resposta, se não me falha agora, vou ter aqui, conselheiro Dr Dionísio falou que uma vez que está ajuizado, não tem mais como discutirmos esse assunto. Se esse é o problema, então retiro a ação que a gente discute não é mais problema. Então vejamos, nós temos nessa ação que distribuí, coloquei o exemplo do Município de Paulínia, em São Paulo, que transmite tudo ao vivo online desde 2017. Se olhar no site deles, encontra isso desde 2017, e o grande Município do Rio de Janeiro não tem isso, e se recusa a transmitir e sequer a considerar essa hipótese. Voltando na sessão 216ª, já mencionei a justificativa apresentada, que diz o seguinte: o CAD possui competências próprias e um cronograma de assuntos obrigatórios necessários ao atendimento das exigências do Pró-Gestão, a própria transmissão online ao vivo é um requisito exigido pelo Pró-Gestão. Então o que estou pedindo é algo que vai promover o PREVI-RIO junto ao Pró-Gestão, aumentando a nossa pontuação, então, conciliando os interesses. Eu pergunto o seguinte: já que ajuizar é um dos motivos para não pautar. Se eu tirar essa ação, então nós podemos incluir esse assunto na pauta? Pelo Presidente do Conselho Dr Dionísio foi dito, eu entendi que eu tinha que me reportar, porque receber informação, como disse da Procuradoria, da existência da ação e que envolve nós todos. Qual é o mérito da questão, retirar ou não retirar, como também, ingressar ou não ingressar é um exercício do seu direito. Não nos cabe aqui dizer se você retirar, eu acho, e disse claramente que não cabe discussão, porque o assunto está judicializado, caberá o juiz decidir se é ou não é, até porque qualquer questão dessas de transmissão envolve uma série de outras coisas. Envolve o próprio Estatuto do PREVI-RIO que prevê que a publicidade dos seus atos se dará através das atas e das publicações. Não fala nada em transmissão, até porque tem o direito de nós todos aqui presentes na nossa imagem, o que isso

impede ou não impede essa transmissão ao vivo. Então eu só estou dando esse esclarecimento para dizer o seguinte, tal como houve o ingresso da ação, a retirada da ação é um direito seu, um juízo seu que não nos cabe aqui definir se vai se discutir ou não. O que eu acho é que esta é uma decisão sua não nos cabe ao meu modo de ver, ter posicionamento a respeito disso, uma vez que existe uma decisão judicial a ser adotada, existe uma discussão judicial em curso. Foi isso que eu esclareci. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, então, retomando se essa ação judicial for empecilho, então eu retiro. Mas gostei de pelo menos dessa forma estarmos discutindo objetivamente. É certo que a Procuradoria terá que se manifestar nessa ação, e um dos motivos apresentados para nunca discutir isso nesse Conselho, é que a Procuradoria deveria fazer um estudo. Então, agora a Procuradoria vai fazer esse estudo, de uma forma ou de outra, é uma contribuição para essa discussão. O segundo assunto, é a existência do processo SEI 000.450002474/2026-35, é um abaixo assinado, feito por vários candidatos que concorreram às eleições do CAD este ano, dentre os quais dois eleitos. E nós pedimos a anulação da votação do CAD, e isso é porque dentro de todas as explicações oficiais, pelo menos três, nenhuma delas justificou por que 9272 eleitores foram incluídos no processo eleitoral depois, durante a votação. Nem mesmo todas as três versões oficiais juntas totalizam 9272 eleitores, então existe esse processo, e quero trazer o conhecimento do Conselho. Por fim, quero trazer também a opinião sobre a ata da Comissão Eleitoral publicada no D.O de 29/07/2026 sobre as eleições, sobre a ata da reunião que apurou o resultado, aquela ata a redação dela distorceu os fatos, começa dizendo que a reunião iniciou com a explicação do IPLAN de alguma coisa, só que não foi isso que aconteceu, a reunião começou sendo que se não fosse por causa dos questionamentos, nem haveria discussão, seria a apuração. Mas eu estava presente e o conselheiro Gillian e o conselheiro André, discutiram justamente, apresentaram o requerimento que eu também teria assinado, era a primeira versão do abaixo assinado que nós apresentamos, que a Presidente do Conselho não recebeu, orientou a abertura no SEI, e a partir das colocações dos conselheiros, é que o IPLAN foi se manifestar e a ata começa dizendo: a sessão foi aberta com os esclarecimentos da equipe. Não, nada disso. Se não fosse pelos questionamentos, ninguém iria se manifestar e coloca a manifestação dos conselheiros depois da apuração, na verdade, foi antes da apuração, já havia o abaixo assinado. São essas as incorreções na ata da Comissão Eleitoral, essas eram as minhas observações. Pela conselheira Fernanda foi dito, em relação à questão da eleição, o processo está com a Presidente da Comissão Eleitoral, então não tenho uma posição no momento, mas na próxima reunião passo para todos os conselheiros. Pelo conselheiro Leandro foi dito, como tem sido constante, aproveito a visita do Luiz Renato para ratificar, como fiz na resposta de confirmação da reunião do CAD da minha presença, a partir do e-mail de confirmação, tentei fazer com que o que a gente pediu duas ou três reuniões passadas e vem tentando reiterar junto a vocês, e não tivemos resposta, que de verdade fosse dado essa atenção que nos foi prometida nos foi compromissada, sabemos que tem muitos afazeres. Manifestamos isso da outra vez, a Fernanda pediu que nós encaminhássemos o e-mail imediatamente nós fizemos isso, e nós temos, depois disso, passamos dois e-mails fora esse da confirmação e ficamos sem resposta. E claro que não é nada que talvez altere a rotina de vocês, mas é chato, quando a gente se compromete com alguma coisa, tivemos a autorização de fazer o encaminhamento, e na verdade, se passaram dois, três meses e não temos a resposta. Nós não conseguimos ao menos identificar qual foi o problema para o não pagamento do benefício, Auxílio-Educação dos dois servidores que nós encaminhamos. Se quiser, eu retorno esses e-mails hoje, mais uma vez. Eu queria apenas que ficasse compromissado, que dessa vez não se perdesse diante da rotina. Pelo convidado Luiz Renato foi pedido desculpa a Gabriela já tinha me encaminhado o e-mail me repassou o e-mail novamente, sei que isso não justifica, mas devido, ao credenciamento que estava um volume muito grande e agora estamos numa finalização do E-Social, que também está comprometendo muito a demanda da Diretoria, acabou ficando sem essa resposta. Acredito que eu tenha visto o caso, mas não respondi. Eu tenho um e-mail vou revisitar. Vi o caso que o Gillian também mandou de pensão, se eu não me engano, quando foi migrado para o SEI, foi concluído automaticamente. Pelo conselheiro Leandro foi dito, Luiz, Fernanda e os colegas, de forma bem tranquila, Luiz não merece acolhimento do seu pedido de desculpas, porque ele não se faz necessário, meu amigo. A gente entende as demandas, agradecemos a disponibilidade, a oportunidade que vocês nos dão de utilizar também esse canal para determinadas soluções. Cobramos porque é importante ter uma resposta que os colegas estão sem receber também. Pelo conselheiro Gillian foi dito, tenho recebido colegas com pendências do ano passado de Auxílio-Creche, que foram acumuladas e pendências desse ano de Auxílio-Educação que foram feitas pelo 1746, e uma delas foi respondida, que já foi pago nesse ano. A pendência do ano passado, alguns casos depois, eu gostaria de enviá-los para que seja analisada. Com relação à pensão da filha da colega que faleceu, ela é deficiente visual. Você falou que foi concluído o processo, ou seja, ela vai receber a pensão? Pelo convidado Luiz Renato foi dito que não, foi concluído no processo no SEI, então fica como se fosse arquivado. Mas isso foi uma forma automática do sistema. E quando é concluído, não conseguimos enxergar na nossa caixa, só consegui por conta do número, o processo estava sendo encaminhado para a perícia na transição do processo.rio para o SEI, e aconteceu esse

fato e o processo ficou concluído no sentido de arquivado. Pelo conselheiro Gillian foi perguntado qual procedimento para avisar a filha da servidora? Luiz Renato respondeu que o processo será encaminhado para perícia, para convocar a pessoa para apresentar os laudos e com isso, dar base para que nós possamos deferir ou indeferir a pensão. Pela conselheira Fernanda foi dito, que vai acionar a perícia para que seja um trâmite mais rápido. Pelo conselheiro Gillian foi dito, todas as solicitações de ouvidoria da época da eleição foram respondidas? Alguns colegas fizeram ouvidoria no 1746 informando que não conseguiram votar. Não apareceu o link no contracheque durante o período eleitoral. Outra situação, eu solicitei por e-mail o acesso ao registro da última reunião, por quê? Porque eu percebi que a ata veio resumida. Não veio descritiva, conforme já vinha sendo colocada para votação, e eu queria aproveitar e perguntar, essas atas vão continuar sendo resumidas, ou vão ser descritivas? Pela conselheira Fernanda foi dito que permanece a mesma coisa, e quando acontecer de faltar alguma informação pode entrar em contato e fazer a solicitação. Pelo conselheiro Gillian foi perguntado como consegue o registro dessa reunião? Precisa ir ao PREVI-RIO? Pela conselheira Fernanda foi dito que o registro fica disponível na rede e caso queira o acesso, disponibilizamos a sala digital. Pelo conselheiro Gillian foi dito, quero aproveitar e corroborar com o que o conselheiro Luiz Cláudio falou sobre esses questionamentos da transmissão ao vivo, tendo em vista que já está judicializado, tínhamos uma abertura nessa reunião para poder pautar algo e aproveitar de novo para solicitar uma votação da criação de um GT para novas receitas, tendo em vista que vai aumentar ainda mais o déficit atuarial, mesmo com o aumento da questão dos royalties por causa da balança do petróleo. A Prefeitura tem receitas que podem ser utilizadas e a Câmara também, inclusive alguns processos que estão parados, que podem ser utilizados os valores para ser revertidos, nem que a gente faça uma régua temporal, para que, passado certo tempo, esses valores sejam destinados à previdência do servidor, acredito que seja possível se puder colocar numa próxima reunião do CAD, pelo menos até que chamem os concursados ou que tenha novos concursos públicos estatutários que a gente consiga pelo menos reduzir parte desse déficit atuarial. A conselheira Fernanda agradeceu a participação de todos.

Nada mais sendo acrescido, a sessão foi encerrada às 16:10h.

RELAÇÃO DOS CONSELHEIROS PRESENTES: Fernando dos S. Dionísio - Suplente do Prefeito; Fernanda Nunes Leiroz - Presidente do PREVI-RIO; Dr. André Tostes - Suplente do Procurador Geral do Município; Felipe de Freitas Lima Magalhães - Suplente do Secretário Municipal de Administração; Carlos Evandro Viegas - Suplente da Secretária Municipal de Fazenda; Thais Ingrid Leão Costa Ferreira Valença - 1º Eleita; Luiz Cláudio dos Santos - 2º Eleito; Gillian Almeida da Costa Relvas dos Santos - 3º Eleito, Leandro Ribeiro Campos - 4º Eleito.